

## ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS – 2020

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às 14h30min, por intermédio da plataforma de comunicação Google Meet, em videoconferência, atendendo às determinações do Decreto Municipal nº 7314/2020, reuniram-se extraordinariamente os membros do Comitê de Investimentos, sob a presidência do primeiro, DIEGO RODRIGUES DE MAGALHÃES, CARLOS HENRIQUE DA ROCHA SANTOS, TIAGO CACIM D'ERRICO, ERNÂNI BERNARDINO ALVES DE SENA e PEDRO JORGE VILLAS BOAS ALFREDO GUIMARÃES, com a participação dos seguintes convidados: DIEGO SILVA DE SOUZA, analista em seguro social – economia, ACÁCIA CHAVES REIS, chefe de gabinete, e ISIS LOBO DE SOUZA, assessora especial I, além de GUSTAVO ANDREOTTI TUCKMANTEL, RODRIGO REMOR, EDUARDO BARÃO e RICARDO GIOVENARDI, representantes da SMI Consultoria. A teor do art. 15 da Portaria nº 111/2019, após verificação do quórum legal para instalação, foi estabelecida a seguinte pauta: **a) call com a SMI Consultoria sobre a situação atual do mercado financeiro e da carteira de investimentos do ISSM; b) discussão sobre o trabalho de ALM a ser realizado pela SMI Consultoria; e c) o que ocorrer.** Aberta a reunião, o gestor de recursos e membro nato do Comitê de Investimentos, PEDRO JORGE VILLAS BOAS ALFREDO GUIMARÃES, registrou a participação dos representantes da SMI Consultoria, GUSTAVO ANDREOTTI TUCKMANTEL, RODRIGO REMOR, EDUARDO BARÃO e RICARDO GIOVENARDI, concedendo a palavra ao primeiro para tratar sobre o item inaugural da pauta, a saber, **a) situação atual do mercado financeiro e da carteira de investimentos do ISSM.** Com a palavra, o consultor GUSTAVO ANDREOTTI TUCKMANTEL apresentou seus pares, integrantes da equipe técnica da SMI Consultoria, discorrendo sinteticamente sobre os assuntos que seriam abordados, dentre eles, o cenário macroeconômico, fiscal, sanitário (Covid-19) e prospectivo para 2020, passando, em seguida, a oportunidade ao consultor RODRIGO REMOR para discorrer sobre tais assuntos. Com a fala, o consultor RODRIGO REMOR teceu breves considerações sobre o cenário externo e os seus respectivos impactos na economia brasileira, ressaltando que as tensões entre a China e os Estados Unidos da América (EUA) voltaram a aumentar nos últimos meses, com novos episódios de atrito quase semanalmente, os quais, basicamente, envolvem a problemática da nova lei de segurança chinesa e as acusações dos EUA em relação à postura da China diante do “coronavírus”, acarretando, assim, uma

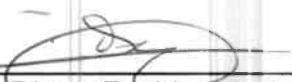
disputa econômica e política entre os países. Sobre a Covid-19 e seus respectivos impactos, falou que alguns países europeus, a exemplo da Alemanha, estão registrando o aumento do número de novas infecções pelo “conronavírus”, enquanto que nos EUA o número de casos continua em alta e no Brasil o número de novos casos e mortes está estabilizado em patamares elevados, o que agrava a situação da saúde pública, fazendo com que, inclusive, alguns municípios revejam seus processos de reabertura, ocasionando incertezas quanto à retomada da economia. No que toca à economia, informou que o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) subiu 4,89% em junho frente ao mês anterior, resultado este levemente abaixo da expectativa de mercado, que era de alta de 5,03%. Informou, ainda, que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) teve alta de 0,36% em julho, resultado este alinhado com as expectativas do mercado, e já acumula alta de 2,31% em 12 meses, não obstante permaneça abaixo do piso de 2,5% da meta de inflação para 2020. Sobre o cenário fiscal, discorreu que o déficit primário do setor público consolidado no mês de junho foi de R\$ 188,7 bilhões, resultando o acúmulo de R\$ 402,7 bilhões em 2020 e o aumento da Dívida Bruta do setor público para 85,5% do PIB. Discorreu, ainda, que o ministro da Economia, Paulo Guedes, encaminhou a primeira etapa da reforma tributária ao Congresso, a qual contempla a junção do PIS e Cofins para criar o imposto chamado de Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS). Ademais, falou sobre a importância de se respeitar o teto de gastos, a fim de manter as contas públicas sob controle e conservar a confiança dos investidores nos compromissos do governo. Falou, ainda, que a o Comitê de Política Monetária (Copom) cortou a taxa de juros em 0,25 pontos percentuais em sua última reunião, passando-a para 2%, fazendo com que os juros não voltem a aumentar até que as projeções de inflação se aproximem da meta. Sobre as perspectivas do cenário econômico, apresentou as seguintes projeções para o ano de 2020: IPCA em 1,67%; PIB em -5,52%, Câmbio em R\$ 5,20; e Selic em 2%a.a. Depois disso, concordando com a fala do seu antecessor, o consultor GUSTAVO ANDREOTTI TUCKMANTEL apresentou os resultados dos principais benchmarks disponíveis para investimentos, a abertura e o fechamento da taxa de juros e a atual situação da carteira de investimentos do ISSM, ressaltando que no mês de julho/2020 a mesma obteve uma rentabilidade na ordem de 2,22%, alcançando 264% da meta para o referido período, que era de 0,84%. Na oportunidade, o gestor de recursos indagou ao consultor se a posição da carteira de investimentos do ISSM está similar a dos outros RPPSs. Em resposta ao

gestor de recursos, o consultor informou que os investimentos do ISSM estão na média em comparação com outros RPPSs, qualificando-se, portanto, como investidor moderado. No que toca à estratégia de investimentos, o consultor sugeriu a migração de recursos do Fundo BB Alocação Ativa para o novo Fundo BB Alocação Ativa Retorno Total, o qual já teve o portfólio disponibilizado ao Comitê, haja vista que este último fundo está performando melhor do que o primeiro. Por fim, ressaltou que, com exceção dos fundos estressados, todos os fundos da carteira de investimentos do ISSM estão enquadrados e de acordo com a legislação aplicável, não se fazendo necessária a realização de maiores alterações. Com a palavra, o gestor de recursos informou que durante o processo de credenciamento de novos fundos o Banco do Brasil não enviou a documentação relativa ao Fundo BB Alocação Ativa Retorno Total para eventual credenciamento, razão pela qual determinou à tesoureira ACÁCIA CHAVES REIS que solicitasse a respectiva documentação do aludido fundo ao Banco do Brasil para análise e posterior deliberação. Com a palavra, o presidente do Comitê de Investimentos, DIEGO RODRIGUES DE MAGALHÃES, teceu breves considerações sobre a repentina retomada da rentabilidade dos benchmarks durante a pandemia, fazendo, de outro lado, um contraste com a baixa rentabilidade no mês de agosto e questionando sobre quais medidas podem ser adotadas para melhorar a rentabilidade da carteira. Em resposta ao presidente do Comitê de Investimentos, o consultor GUSTAVO ANDREOTTI TUCKMANTEL reafirmou o posicionamento da carteira do ISSM, ressaltando que não se deve pensar em investimentos mês a mês, mas sim em longo prazo, pois o mês de agosto não representa a performance anual carteira, devendo, no entanto, acompanhar volatilidade do mercado para eventuais adequações. Em concordância com a fala do consultor, o membro CARLOS HENRIQUE DA ROCHA SANTOS discorreu que, não obstante a recuperação da bolsa de valores nos últimos quatro meses e as medidas adotadas pelo Ministério da Economia para o controle fiscal, o presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, não tem contribuído para a estabilidade da economia quando se pronuncia nas redes sociais acerca de determinados assuntos polêmicos, contrariando, inclusive, fala do ministro Paulo Guedes. Passando para o segundo item da pauta, **b) discussão sobre o trabalho de ALM a ser realizado pela SMI Consultoria**, o gestor de recursos concedeu a palavra ao consultor EDUARDO BARÃO para tratar sobre o assunto, o qual, na oportunidade, apresentou em tela o estudo de ALM (Asset Liability Management), discorrendo que o mesmo pode ser definido como um processo contínuo de formular, implementar,

monitorar e revisar estratégias relacionadas a ativos e passivos para atingir os objetivos financeiros, levando em consideração o nível de tolerância de riscos e outras restrições. Ressaltou que o estudo de ALM é indispensável para uma gestão confiável das finanças de qualquer organização que investe para alcançar suas necessidades futuras de fluxo de caixa e de existências de capital. Falou que a elaboração de ALM é baseada na legislação vigente, notadamente na Resolução CMN n° 3.922/2010 e no manual do Programa Pró-Gestão, objetivando oferecer ao RPPS uma sugestão de otimização do portfólio orientada no fluxo de benefícios (passivo), respeitando os limites estabelecidos pela Política de Investimentos e demais regramentos vigentes. Falou, ainda, que as etapas da elaboração de ALM consistem na identificação do passivo atuarial, apuração da liquidez da carteira, avaliação dos ativos, Fronteira Eficiente de Markowitz, cenário econômico e por fim, resultado do estudo. Discorreu que o estudo levará em consideração os índices de Títulos Públicos, IMA-G, IRF-M, IRF-M1, IRF-M1+, IMA-B, IMA-B5, IMA-B5+, IBOV e exterior, não levando em consideração a rentabilidade passada, mas sim a rentabilidade esperada, projetando-a através de algoritmo desenvolvido pela SMI Consultoria, que utilizará a *Duranton Modificada* dos índices e a variação dos juros futuros para orientar as estratégias de investimentos, sem, contudo, desprezar a volatilidade dos ativos nos últimos cinco anos. Por fim, concluiu sua fala informando que o estudo de ALM está levando em consideração a data-base da avaliação atuarial de 31/12/2019 e será aperfeiçoado com a contribuição do Comitê de Investimentos tão logo lhe seja disponibilizado para eventuais adequações. Concordando com sua fala, o consultor RICARDO GIOVENARDI ressaltou que o estudo de ALM objetiva encontrar ativos para alocação no presente visando obter rentabilidade no futuro, levando em consideração as variáveis do mercado para manter um equilíbrio atuarial do RPPS. Com a palavra, o gestor de recursos falou sobre os impactos ocasionados no fluxo de caixa do ISSM com o advento da Lei Complementar n° 173, de 27 de maio de 2020, e da Lei Municipal n° 1623/2020, de 09 de abril de 2020, que, em síntese, suspendeu a exigibilidade de contribuições patronais devidas ao ISSM e autorizou o parcelamento de tais débitos previdenciários, ressaltando que essa situação deve ser observada no estudo de ALM, ficando, desde já, estabelecido que a conclusão do referido estudo será apresentada ao Comitê de Investimentos até o final do mês de agosto/2020. Outrossim, registrou que, em razão do meio pelo qual a reunião ocorreu, notadamente por meio de videoconferência, estando cada participante em local distinto, inclusive fora do estado da

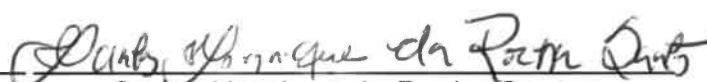


Bahia, como no caso dos representantes da SMI Consultoria, ficarão dispensadas as assinaturas de GUSTAVO ANDREOTTI TUCKMANTEL, RODRIGO REMOR, EDUARDO BARÃO e RICARDO GIOVENARDI, devendo, para tanto, ser tomada as assinaturas dos demais participantes. E nada mais havendo passível de registro, o gestor de recursos e membro nato do Comitê de Investimentos, PEDRO JORGE VILLAS BOAS ALFREDO GUIMARÃES, encerrou a reunião agradecendo a participação de todos e eu, MATEUS REISSURREIÇÃO DA SILVA, na qualidade de secretário designado pela Portaria nº 72/2019, de 23 de agosto de 2019, lavrei a presente ata que vai por mim e pelos demais assinada.



Diego Rodrigues de Magalhães

Membro/Presidente



Carlos Henrique da Rocha Santos

Membro



Tiago Cacim D'Errico

Membro



Pedro Jorge Villas Boas Alfredo Guimarães

Superintendente/Gestor de Recursos

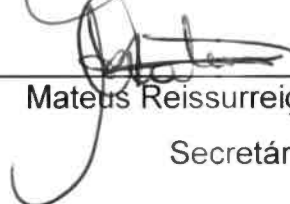
Membro



Ernâni Bernardino Alves de Sena

Diretor Administrativo e Financeiro

Membro



Mateus Reissurreição da Silva

Secretário



Acácia Chaves Reis

Chefe de Gabinete

Convidada



Isis Lobo de Souza

Assessora Especial I

Convidada



Diego Silva de Souza

Analista em Seguro social – Economia

Convidado